

## A FUNÇÃO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CONTEXTO ATUAL<sup>1</sup>

### SOCIAL FUNCTION OF PUBLIC UNIVERSITIES IN THE PRESENT CONTEXT

Dilma Santana de Faria Ferreira<sup>2</sup>  
Lindalva Pessoni dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa intitulada: A função social das Universidades Publicas no contexto atual, pretende incitar uma reflexão a cerca de sua trajetória no Brasil, buscando conhecer e compreender sua função social e os desafios que lhe remete para assumir tão importante papel. A Universidade Publica hoje perpassa por uma série de questões conflituosas e desafiadoras intimida ou impede a efetivação de sua função social, num paradoxo entre a formação cidadã e a preparação para o mercado de trabalho, em detrimento do sistema capitalista imposta à sociedade desde sua origem e que vem perpetuando até os dias atuais. É nessa perspectiva que foquei minha pesquisa.

**Palavras-chave:** Universidade. Função social. Desafios.

**Abstract:** The research entitled: The social role of public universities in the current context, aims to encourage a discussion about his career in Brazil, seeking to know and understand its social function and the challenges that sends you to assume that important role. The University publishes today runs through a series of conflicting and challenging issues that intimidates or impedes the effectuation of its social function, in a paradox between civic education and preparation for the labor market at the expense of the capitalist system imposed on the company from its origin and which has perpetuated to this day. In this perspective, I focused my research.

**Keywords:** University. Social function. Challenges.

### 1. Introdução

A pesquisa se dará numa abordagem qualitativa. O estudo se desenvolverá com referência ao Materialismo Histórico Dialético, que possibilitará a compreensão da realidade em que se insere. Nesse pressuposto o homem é compreendido como um ser social e histórico, que é criado e ao mesmo tempo criador da realidade em que está inserido.

Assim a pesquisa se apoiará em fontes bibliográficas que auxiliaram na compreensão e interpretação dos eixos que nortearam a edificação das universidades publicas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência Universitária, da Unidade Universitária de Inhumas, Universidade Estadual de Goiás.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia. Pós-Graduanda em Docência Universitária (UEG/Inhumas).

<sup>3</sup> Pedagoga, especialista em Planejamento Educacional, Linguagem e Matemática das séries iniciais, Formação socioeconômica do Brasil. Professora de Didática e Prática de Ensino UEG/Inhumas, mestranda em Educação da UFG.

Para tanto o referencial teórico em questão se destacam, Brasil (LDB), Sobrinho (2001 e 2002), Cêelho(2006), Boff (1994) entre outros.

Desde que me ingressei no curso de Pedagogia (2005), tenho observado que um dos temas de maior relevância e pertinência da categoria contemporânea, está relacionado à própria Educação e Formação do indivíduo como cidadão. Durante um ano e meio do referido curso, participei como bolsista (PBIC) do Projeto Banco de Dados: Subsídios para estudos históricos da Educação de Goiás (século XIX), que está vinculado ao grupo de Pesquisa dedicado ao Estudo da História da Educação do Estado de Goiás, no século XIX – HEG XIX, desenvolvido na UEG-Inhumas.

Justamente nesta perspectiva que surgiu em mim, a disposição para tal empreitada, na qual me empenhei tanto quanto possível à procura de dados favoráveis que me levasse ao conhecimento e reflexão acerca do importante papel social da universidade frente a sociedade atual. Neste momento, o foco de minha pesquisa se restringe à própria Instituição, responsável pela formação do Profissional. Predispondo, portanto, buscar um olhar curioso e questionador com o propósito de investigar, analisar e refletir o que está por detrás da Instituição Pública do Ensino Superior no Brasil. Pretendo aqui levantar algumas questões que nos leve a refletir como a universidade pública no Brasil desempenha seu papel social.

Contudo, a finalidade da pesquisa consiste em conhecer o processo histórico e social da universidade pública desde sua origem e como se encontra em pleno séc. XXI, com o intuito de compreender e conhecer a intencionalidade de suas políticas e quais os desafios lhes remete. O que mudou? E o que permaneceu? É o discutiremos no decorrer do artigo

As discussões deste trabalho pretendem observar três dimensões, sendo elas: históricas, socioeconômicas e políticas. Oferecendo ao leitor uma reflexão voltada ao que está proposto e o que está faltando para que ela possa atender as exigências de uma formação de qualidade e que se consolida com as necessidades de nosso tempo, sendo assim contribuir para mudar e melhorar a realidade em que se encontra. Conforme Boff (1994):

[...] o desafio que se levanta às Universidades de forma urgente. Ajudam elas na construção do Brasil como nação soberana nos quadros da nova consciência planetária e do destino comum do sistema-terra? Poderão elas ser co-partelhas de uma cidadania nova, a co-cidadania que articula o cidadão com o Estado, o cidadão com o outro, o nacional com o mundial, a cidadania brasileira com a cidadania terrenal ajudando assim a moldar o devenir humano? Ou elas serão cúmplices daquelas forças cujo exercício tem como consequência à interrupção de um processo histórico de construção de nosso futuro? A resposta depende da nossa lucidez em captar a urgência do momento [...] (BOFF, 1994, p. 1)

Seguindo a linha de pensamento de Leonardo Boff, a universidade tem o papel de devedor do ser humano. O poder que ela adquiriu são forças que podem estar voltadas para uma transformação da realidade que se encontra ou em contra partida dá continuidade à reprodução do já existente, dependendo assim da capacidade intencional daqueles que definem o papel desta universidade.

## **2. Um breve histórico do surgimento das instituições de Ensino Superior**

Na idade média, anterior ao termo universidade, o difundido na época era a universidade entendida como comunidade de ensino-aprendizagem, onde as pessoas eram formadas para o desenvolvimento tanto do corpo, como da alma imortal. Segundo as teorias de Platão, da qual resultou a Escola de Academias e destas surgiram as universidades (DOURADO, 2003).

A primeira noção da universidade-remanescente, nascida e vinculada sob a influência das autoridades eclesiásticas, com poder absoluto do saber. Justamente desta corrente, o Estado como poder absoluto, herdou todas as influências acima citadas. Neste sentido:

No início, a universidade era apenas *universitas magistrorum et scholarum*, “o conjunto dos professores e estudantes”, nome de uma corporação. Essa corporação submetia-se a outras instâncias que sabiam e opinavam sobre a verdade ou falsidade nas discussões correntes, começando pela autoridade eclesiástica. (DOURADO, 2003, p. 162)

Através das pesquisas feitas percebe-se que a universidade nasceu numa linha platônica, a qual tinha como princípio básico: formar o homem para se tornar um ser religioso, na expectativa da vida futura; na imortalidade, voltada para a salvação da alma. Os maiores estudiosos e intelectos da Idade Média eram conseqüentemente as autoridades eclesiásticas do Cristianismo, chamados também de doutores da Igreja. Com o nascimento das primeiras Universidades, fazia-se nítida a influência religiosa na sua essência.

Como exemplo, temos a França como a grande potência intelectual e científica da Europa do século XIX, seu ensino se baseava nas reformas napoleônicas que também foram copiados por outros países como Brasil. Com o passar das décadas a França foi perdendo seu prestígio e sua liderança no ramo da educação para outros países, Schwartzman (1989) diz que

as reformas napoleônicas ampliariam, por algumas décadas, o predomínio intelectual francês sobre a Europa, e tornariam realidade uma parte importante do ideal revolucionário de igualdade social, garantindo a todos o acesso à educação pública, sob a supervisão e a tutela do Estado. Em meados do século XIX, no entanto, a França já havia perdido sua liderança científica e tecnológica para a Alemanha, e mais tarde para a Inglaterra e os Estados Unidos. É só a partir dessa época, infelizmente, que o Brasil começa a copiar, de maneira fragmentada, o modelo educacional napoleônico, que seria consolidado em versão verde e amarela nos anos 30 deste século. (SCHWARTZMAN, 1989, p. 1)

No decorrer das décadas, a Igreja perde paulatinamente sua força para o Estado.

### **3. Trajetória no Brasil (1920 - 1990)**

A primeira Universidade no Brasil foi criada no dia 7 de setembro de 1920, a então Universidade do Rio de Janeiro. Que esteve ligada a uma concessão de diplomas que viabilizavam o exercício de profissões. Já nesse momento é possível perceber uma característica fortíssima do ensino superior em formar profissionais para o mercado de trabalho, como podemos perceber no período histórico abaixo:

Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. (FÁVERO, 2006, p. 23)

A política educacional no Brasil anterior a 1960 se encontra inserida no modelo republicano vigente, onde o poder dominante como canal de expressão política surgidas nos movimentos populares, seguindo um processo de modernização da sociedade, marcado com profundo vínculo com o capital, em tal situação ao ditar as regras para a educação, tendo os governantes como pano de fundo os países mais desenvolvidos nesta questão, ou seja, para atender as demandas, o Ensino Superior seria importado.

Desde então, tem caminhado, a passos largos, no sentido de desenvolver conhecimentos por encomenda, saberes práticos, atividades que respondem a

objetivos imediatos do Estado, das empresas e de grupos. [...] Privilegiar a profissionalização dos alunos no ensino superior é aceitar os objetivos dos organismos internacionais da área da educação, estreitamente vinculados aos objetivos do mundo da produção e do mercado [...]. (CÔELHO In: GUIMARÃES, 2006, p. 44 – 45)

Em contra partida, o modelo de ensino deveria adequar ao modelo nacional chamado “democracia” que na realidade em 1960, devido ao governo militarista no Brasil, este era repressivo e autoritário, em face ao momento histórico do então golpe militar. O que nos mostra claramente é que a educação da época se voltava para a competição no mercado de trabalho, ou seja, a preocupação agora seria de preparar o indivíduo para servir o Estado com sua força de trabalho. A partir daí surgiram novas idéias para normatizar o Ensino Superior no Brasil. O resultado foi o surgimento de leis que viessem atender as aspirações do Ensino Universitário. Parte da comunidade juntamente com as massas descontentes com a forma direcionada do Ensino Superior aos privilegiados especificamente relutariam para suas permanências como estavam e de outro lado, grupos avançaram à procura de um “lugar ao sol”.

#### **4. Universidade: formação e preparação para o mercado**

A apropriação de espaços sociais depende como os países pensam na dimensão política para esse reforço social; se depende dos esforços para que jovem sejam formados para enfrentar os desafios do dia-a-dia. Enquanto sugestão de qualidade, podemos enfocar a Unicamp, Universidade Estadual de Campinas para que atinja essa meta. O indivíduo precisa alcançar suas próprias metas. É o que nós chamamos de autonomia, a qual subentendo como liberdade e esta se resume na capacidade de decidir. A autonomia é uma forma de orientar as diversas dependências nos meios biológicos ou sociais em consonância com as leis vigentes.

A sociedade exige de cada ser, uma certa segurança na realização do seu desempenho para que este possa atender as demandas da produtividade. Seja visto que a sociedade faz a história e esta não para, está sempre em evolução, com novas características que marcam cada fase do seu despontar, pois o educando enfrenta desafios ao caminhar de sua vida escolar e se estende por toda sua existência. Atualmente os desafios apresentados é proveniente de uma sociedade cujo sistema é capitalista, tanto a tecnologia quanto a ciência estão incorporados ao processo produtivo.

A universidade enquanto agente do processo de transformação propõe um novo perfil de formação diante de novas adaptações e desafios para adequar ao mercado de trabalho que

está em constante mutação. Exige-se então do acadêmico maior domínio de múltiplos saberes, habilidades e criticidade capaz de desenvolver sua autonomia intelectual para resolver problemas práticos com conhecimento científico, conseqüentemente uma autonomia moral, ética e por fim um comprometimento na construção de uma nova sociedade crítica e criativa. Nesse pressuposto, a universidade se aproxima de sua meta em oferecer uma formação acadêmica vinculada a função social, tal qual se espera e se almeja nos dias atuais, podendo assim, desempenhar verdadeiramente seu papel social frente aos desafios de nossa realidade.

Em decorrência, a qualificação passa a repousar sobre conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão/produtor trabalhar intelectualmente, dominando o método científico, de forma a ser capaz de se utilizar de conhecimentos científicos e tecnológicos de modo articulado para resolver problemas da prática social e produtiva. Para tanto, é preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas, de modo a atender às demandas da revolução na base técnica da produção, com seus profundos impactos sobre a vida social. O objetivo a ser atingido e a capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade e rapidez de forma a atender as demandas dinâmicas que se diversificam em qualidade e quantidade. (FERREIRA, 1998, p. 39)

A sociedade brasileira percebendo os impactos das transformações que ocorrem no mundo contemporâneo em consequência dos processos de globalização que afeta toda a sociedade mundial, reclama por uma formação condizente aos desafios que nos apresentam. É aí que entra a função da Universidade, apoiada às Políticas Públicas, na qual possa suprir as expectativas e os anseios da sociedade, no que diz respeito às possíveis soluções dos problemas do contexto social e atual.

É de praxe saber que as discussões em eventos, seminários e congressos estão relacionados às questões educacionais que implicam a um leque amplo de interpretações a respeito das Políticas Sociais, à democratização e à conquista da autonomia. Compreendo a Universidade como lócus de criticidade, em se tratando do seu papel político institucional e sua função social.

[...] ao situar a educação como área de conhecimento e objeto de intervenção das ciências sociais, reitera a autonomia relativa dessa área e sua fertilidade para as Ciências Humanas. Tal compreensão desemboca, portanto, em um nível analítico cuja demarcação passa necessariamente pela interlocução da Educação, enquanto prática social, com a realidade social mais ampla. (FERREIRA, 1998, p. 79)

É sabido que a Universidade sempre foi por excelência a lugar privilegiado do mundo dos intelectuais e do conhecimento. Em se tratando do processo educativo, o foco se restringe da formação do ser para destaques na sociedade e na economia. Mas vendo que do conhecimento espera-se, portanto o compromisso de inovação e intervenção da realidade, ou seja, “a sociedade, inclusive o mercado, espera da Universidade que garanta acesso ao melhor conhecimento possível e disponível, em particular a formação de gente capaz de construir e reconstruir conhecimento” (DEMO, 2004, p. 48).

A educação tem sido por vários anos um foco de análise dos pesquisadores que se reúnem como trabalhadores para focar melhor a política de Educação Superior em todo o país, tendo como foco os novos padrões de relação entre Estado, sociedade e mercado, bem como ser desdobramento no que concerne às políticas educacionais de nível superior. O tema central deste debate consiste em propor processo de reestruturação capitalista destacando questões que envolvem conhecimento, poder e papel na educação superior, neste cenário na análise das políticas, tensões, exigências que sustentam a reconstituição do campo universitário no Brasil. Essa conjuntura desempenha papel determinante no processo de redefinição da Educação Superior.

“Como instituição humana e historicamente determinada, sobretudo a universidade, chama a sociedade, a humanidade e as pessoas a consciência de si, à reflexão sobre as exigências e as implicações da existência social, da sociedade e de indivíduos autônomos e livres. Sem dúvida, a universidade não isenta de equívocos e aí também as vezes prevalece o interesse das partes sobre a vida acadêmica, o particular sobre o universal, a razão instrumental e a tecnocracia sobre o pensamento, o mercado sobre a dignidade humana. Entretanto, o trabalho intelectual, e cultivo da razão, a permanente busca da verdade, o compromisso com a justiça, o olhar a tempo, a crítica, o rigor e a radicalidade no pensar manter viva a interrogação das idéias e das praticas, a crítica da sociedade, da cultura e da própria instituição universitária. O livre girar do olhar e da ação num outro sentido mantém a possibilidade concreta de criação de outros conceitos, argumentos e teorias, de invenção e realização de outros caminhos e modos de existência na vida da humanidade, das sociedades, das instituições e dos indivíduos. A universidade, o ensino de graduação, a formação de professores, sem dúvida é um bom começo para constituição desses novos caminhos e de novos modos de existências”. (COELHO, 2006, p. 61-62)

No século XXI, o processo de reestruturação produtiva do capital global, requer uma nova realidade competente à universidade em contribuir significativamente na geração de tecnologias e inovações que estejam a serviço do capital produtivo. Nesta visão capitalista, só é produtiva a universidade que vincula sua produção às necessidades do mercado, das

empresas e do mundo do trabalho em mutação, ou seja, a produção acadêmica está subordinada às necessidades do mercado e do capital. Dentre os temas mais significativos sobre o ensino superior, são urgentes a ampliação da demanda, a expansão e a interiorização da educação superior às necessidades de uma demanda cada vez mais diversificada que apontam para a necessidade de refletir sobre o papel da educação superior em um contexto de mudanças aceleradas na produção de conhecimento e formação acentuada na defesa de um padrão de vida unitário e de qualidade (DOURADO, 2003).

No Brasil, a educação superior atualmente tem sido adotada como política, visando sua expansão como intuito de preencher as vagas existentes, como o objetivo de introduzir a massa ao nível superior. Como resultado dessas políticas, já se encontra em curso o processo de diversificação e diferenciação que ocasiona distinções essenciais na função social do ensino superior, principalmente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, realçando com isso a competição no campo universitário automaticamente contrapondo à efetivação de um padrão social das universidades almejadas até então somente pela classe dominante.

Em razão da complexidade dessas transformações e considerando os debates atuais, faz-se necessário focalizar as políticas e a gestão da educação superior, tendo por base uma perspectiva histórico-crítica. De um modo mais estrito, é preciso considerar nas transformações e nas discussões mais recentes, quatro eixos temáticos fundamentais: a) a expansão pública e privada da educação superior, considerando os processos de democratização, privatização e massificação; b) as alterações na gestão e nas identidades institucionais das universidades e IES em geral; c) a avaliação da educação superior, tendo por base os processos de flexibilidade e regulação ainda em curso; d) as contribuições da investigação em educação superior no país, visando a contribuir com a definição de políticas e tomadas de decisão, além da construção de bases para a pesquisa e estudos na área. (DOURADO, 2003, p. 23)

Na “era” chamada FHC, as políticas públicas conseguiram induzir as IES públicas e as universidades a assumirem um perfil mais próximo às empresas prestadoras de serviços ao mercado, com intuito de ampliar o processo de subordinação ao setor produtivo, evitando assim o financiamento ou a diferenciação salarial por meio de gratificação, disso consiste em utilizar fundos públicos para a retomada histórica das universidades como instituições sociais, numa perspectiva funcional, produtiva e operacional.

Essa adoção de políticas públicas compromete com a mercantilização e mercadorização do ensino e da pesquisa. O governo federal através do Conselho Nacional de Educação pretende reestruturar o nível de ensino superior tendo por critério básico a busca da

qualidade social, como horizonte político-pedagógico voltadas para a efetivação e interiorização da educação superior pautada pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa e pelo compromisso social da universidade. Nesta ótica pautar o plano Lula no que se refere à educação superior, o objetivo do seu governo teve como tema a ampliação no número de vagas e de recursos destinados à educação.

A universidade é promotora de mudanças, apesar de ser ainda insatisfatória, ela tem o dever de promover profissionais capaz de atender a demanda vigente sem que se perca de vista seu papel social. Como a sociedade cobra, esta, que muitas vezes é incoerente e inerte às condições inadequadas para a formação esperada. A pergunta é; Que tipo de formação almejamos? È nas palavras Brzezinski que respondo a essa questão:

“é preciso afirmar que é importante os profissionais... não assumirem a mediocridade do mundo oficial como projeto. Importa reconhecerem esse momento como de fecundidade de idéia e práticas. Nesse movimento fecundo, as idéias e práticas se ressignificam e se fortalecem. Transformadas, elas voltam a sustentar a ousadia dos educadores para manterem uma resistência ativa e deflagrarem ações coletivas que levem adiante, com responsabilidades políticas e éticas projetos que visem dar maior significado a solida formação e à valorização profissional do docente, que devem ser assumidos por uma pluralidade de instituições, de todos os níveis e modalidades de ensino”. (BRZEZINSKI, 2000, p192)

Pois a sociedade requer cada dia, mais indivíduos com mentes abertas, críticas e como domínios em teoria integrada com compreensão dos movimentos de transformação nos níveis mundiais e interculturais.

Uma atitude crítica é imprescindível não para recuar a ciência e suas derivações técnicas, o que seria um inaceitável novo tipo de obscurantismo, porem como superação de reducionismo e das explicações simplistas da realidade humana e social que se constroem a partir de um ângulo qualquer de alguma disciplina especializada isolada. (SOBRINHO, 2000, pág. 26)

É importante ter clara em nossas mentes, essa atitude crítica que se exige não é obstáculo para a Ciência, pois o ser humano é complexo que não sobrevive isoladamente, mas se constrói num todo, fazendo parte de cada fase social, intelectual, produtiva e moral, onde todos e tudo se entrelaçam fazendo com isso um elo para que haja o crescimento crítico e um espírito livre que complementa todo ser que não é sendo um mistério, terra por onde se anda e se descobre a cada instante da vida!

Apesar de que a área das ciências sociais, artes e humanidade são consideradas muito importantes, mas não devem superar outras áreas, pois cada uma faz parte de uma só história. Neste momento o diálogo se faz muito importante, chegando ao ponto de reconhecer que cada área ou instituição tem seu valor único e ambos servem a mesma sociedade. E que ela tem uma função indiscutivelmente social e é por isso que deve servir toda a sociedade e não a uma classe específica.

Tendo uma função incursavelmente social, a educação há de compreender que seu papel fundamental é com o desenvolvimento de toda a sociedade, com a elevação de todas as pessoas, e não de uma minoria; é com os interesses públicos, independentemente da natureza jurídica de cada instituição. A universidade não pode eximir-se do princípio da equidade federal, estadual, confessional, comunitária, gratuita ou não toda instituição educacional de qualquer grau e por essência pública, pois o conhecimento, a formação a ação pedagógica, os objetivos educacionais são inegavelmente públicos e carregam uma forte significação social e política? (SOBRINHO, 2000, pág. 31)

O autor deixa claro que a universidade como qualquer instituição educacional tem seu fim social e político. Pois a formação em quaisquer instituições sendo ela pública ou não, precisa assumir seu princípio básico que é; o de formar cidadãos aptos para enfrentarem os desafios que a vida lhes apresenta. A própria LDB (9364/96) no capítulo IV art.43, sobre Ensino Superior, nos diz claramente qual o papel social em ela deve prestar a comunidade, vejamos:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da

pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRZEZINSKI, 2000, p. 256)

Como podemos ver, é sob a luz de uma das maiores diretrizes brasileiras, que universidade pública nos assegura a promoção e efetivação do seu papel social perante a sociedade. Nesse sentido podemos afirmar que ela precisa desenvolver e estabelecer uma relação de reciprocidade para com a comunidade.

Em meio a essas discussões sobre o papel social da universidade, vale dizer que ela necessita de uma avaliação para que possa redefinir seu papel diante de uma sociedade cada vez mais exigente, não esta avaliação em moldes estritamente objetivos imposta pelo sistema como mero instrumento de regulação e fiscalização, mas aquela que promove uma ação geradora de grande impacto na transformação da universidade que articula um movimento de reflexão crítica realmente preocupada com a formação da cidadania e que reflete na luta pelo acesso a educação pública de qualidade e gratuita. A avaliação precisa ser encarada como uma ação global, pois ela compreende não só a universidade em si, mas tudo que está sujeita a ela.

Correndo o risco de ser monótono, porque a mim também me castigaram muitas idéias sobre avaliação, ao longo deste livro, creio importante repetir a idéia de que avaliação institucional se tornou hoje um dos temas de mais interesse e foco de complicados conflitos no âmbito da educação superior. As experiências não dizem respeito simplesmente a uma instituição particular ou até mesmo a um país isoladamente. (SOBRINHO, 2000, pág. 183)

Sendo a avaliação de interesse relevante, convém lembrar que ela não está de olho só na instituição como objeto de observação além dela e tudo que a cerca. A avaliação da educação de nível superior não requer somente uma transformação qualitativa, num sentido de melhorar os conteúdos, mas também seu envolvimento dentro e fora das universidades, como instrumentos das políticas socioeconômicas que se preocupa com a formação de cidadãos autônomos, numa performance de colaboração, solidariedade e que atente aos valores éticos e morais e que deslumbre por uma sociedade mais justa.

A atual política de avaliação da educação no Brasil, assim como seus resultados até este momento, não tem conseguido contribuir para uma educação voltada às aspirações e demandas de construção de uma sociedade mais justas e igualitária. Resta, às instituições e educadores, o desafio de elaborar projetos político-pedagógicos (no caso das escolas de ensino fundamental e médio) ou planos de desenvolvimento institucional (no caso das instituições de ensino superior) nos quais a avaliação concorra de fato para o aperfeiçoamento de toda a comunidade e para reflexão do papel da

educação no desenvolvimento social. (LAMAR, 2002, pág. 163. In: SOBRINHO, 2002).

Ou seja, a avaliação da educação principalmente do ensino superior não deve focar simplesmente na formação conteudística do ser, mas é importante que a mesma seja feita levando em consideração outros aspectos psíquicos além do intelectual como o sentimental, social, humano, psicológico. Hoje percebe-se e senti-se a necessidade de uma educação mais humana, que forme um profissional competente e apto a desenvolver cidadãos que sejam ao mesmo críticos e preocupados com os valores humanos. Mas para que essa mudança ocorra é necessário que a avaliação institucional dentro da educação nacional priorize a formação humana integral, que avalie os princípios fundamentais e duradouros, os quais são universais e fazem parte da história da humanidade.

Queremos mais do que o aperfeiçoamento da qualidade material da vida – queremos também maior qualidade cultural, social, cívica e cidadã. E isto significa que queremos uma educação que (a) oportunize o desenvolvimento da tolerância às diferenças – marca registrada de uma sociedade civilizada – mas que seja intolerante com a injustiça, com a miséria, com a falta de respeito pelo outro e coma falta de zelo pela vida; (b) desenvolva no aluno a percepção de pertencer, de ter raízes, de Sr participe em um contexto social específico, em constante mutação e em permanente luta por um convívio harmonioso do qual depende o futuro da sociedade local e planetária; e (c) promova um compreensão das instituições que organizam a sociedade civilizada – o estado de direito, as crenças religiosas, os valores educacionais. (RISTOFF, 2002, p. 25)

## **Considerações Finais**

De acordo com o referencial que norteou este trabalhona sobe a ótica de alguns autores como, Sobrinho (2000 e 2002), Boff (1994), Brasil (LDB, 1996), Cêelho entre outros sobre a universidade podemos dizer que muitas são as mudanças necessárias e urgentes no campo das universidades no âmbito de seu papel social.

Iniciando com sua fundamentação histórica proveniente das primeiras universidades da era cristã, tal influencia se encontra inserida na política educacional do país, com o marco do processo democrático pelo qual ele passa na atualidade, visando desafios diversos na formação profissional para suprir déficits no mercado de trabalho que a sociedade capitalista exige.

As universidades agindo como processo formador deve checar os anseios de uma sociedade cada dia mais exigente, com base nos espaços abertos pela política educacional

baseada na LDB, a qual formaliza e permite o embasamento das instituições de níveis superiores, especificamente falando das universidades públicas, dando assim oportunidades aqueles que se encontram a margem da sociedade para se formarem. Sendo que a universidade outrora foi por excelência lugar privilegiada dos intelectuais da classe dominante.

Neste sentido mostra a possibilidade de sua flexibilidade, mesmo porque em pleno século XXI, a própria realidade hoje exige uma reestruturação do ensino superior de forma a dar uma resposta ao mercado de trabalho vigente sem deixar de enfatizar os valores humanos, e a universidade é justamente o instrumento legal para tal formação. Cabe à atuação das universidades por uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, socialmente equilibrada, criativa e questionadora. Segundo Leonardo Boff (1994), a universidade tem papel devedor do ser humano.

De um modo geral o processo educacional da Universidade Pública no Brasil impõe para sociedade civil à tarefa de refletir e avaliá-lo, numa contribuição efetiva e recíproca com o objetivo de obter profissionais eficientes e comprometidos com as transformações sociais.

## BIBLIOGRAFIA

BOFF, Leonardo. A função da Universidade na construção da Soberania Nacional e da Cidadania. UFRJ: 1994, ano 1, nº 1 (Caderno de Extensão) 36p.

BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam 3ªed. revista, São Paulo: Cortez, 2000.

CÔELHO, Ildeu M. Universidade e Formação de Professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade.** Campinas, SP: Papirus, 2006.

DEMO, Pedro. Alternativas de Universidade: Rebeldia intolerável e condução ética. In: **Universidade aprendizagem e avaliação: Horizontes Recontrutíveis.** Porto Alegre: Mediação, 2004, p 41 - 62.

DOURADO, Luis Fernandes. **A interiorização da Educação Superior e a Privatização do Público.** Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DOURADO, Luis Fernandes Afrânio M. Catani & OLIVEIRA, João F. de (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: Transformação recente e Debates Atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cartez, 1998.

LAMAR, Adolfo Ramos & MENEGUEL, Stela M. Avaliação como Construção Social. In: SOBRINHO, José Dias & RISTOFF, Dilvo L. **Avaliação Democrática – para uma Universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002. p 145 - 182.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, R.J: Vezes, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação e Avaliação: Técnica e ética: In: SOBRINHO, José Dias & RISTOFF, Dilvo L. **Avaliação Democrática: para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

RISTOFF, Dilvo L. O Exame Nacional de Curso e a Avaliação Institucional. In: SOBRINHO, José Dias & RISTOFF, Dilvo L. **Avaliação Democrática: para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.